



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

NIRE(da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza
Jurídica

Nº de Matrícula:
Auxiliar do Cor

31300025055

2151

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 880 - 09/04/2015 11:17



15/245.490-0

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	980			ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBENTURES

DIVINÓPOLIS

Local

01 DE ABRIL DE 2015

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

Nome(s) Empresarial(ais) igual (ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

DECISÃO COLEGIADA

Processo em Ordem
À decisão

9,4,15
Data

NÃO / /
Data

Responsável

NÃO / /
Data

DECISÃO SINGULAR

Processo em exig
(Vide despacho e

Processo deferido

Processo indeferid



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.207-0/000
EM 09/04/2015
#CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A#

PROTOCOLO: 15/245.490-0

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



sponsável

4ª Exigência

Aloysio de Almeida Figueiredo
Analista de Segurança e Registro Empresarial
MSP 11/00014

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

AH1605272

Processo em exigência.

(Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Hudson de Carvalho
Presidente da Turma

Airton Gomes Salim
Legal

Jehy Pinto de Aguiar Filho
Legal

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/57

3

2^o notário
Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-073 - fone: 11 3078-1836
ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) JOSE RENATO RICCARDI, em documento
sem valor econômico, dou fé.
São Paulo, 07 de abril de 2015.
Em Teste _____ da verdade. Cód. [1-1227008114375032480517-2518]

EDUARDO DE SOUZA - Escrevente Autorizado OAB I: total R\$ 4,80
Selo(s): Selo(s): 1 Ato: 1077AA-886799

O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Entre

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.
como Emissora

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.
como Fiadora

e

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
como Agente Fiduciário

datado de 6 de abril de 2015



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/57

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, na Avenida Joaquim André, nº 361, Bairro Santa Clara, CEP 35.500-712, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.822.767/0001-08, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora");

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 758, 12º andar, Bairro Itaim, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.019.567/0001-87, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Fiadora"); e

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu contrato social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora e com a Fiadora, "Partes").

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A. ("Debêntures" e "Escritura", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 27 de março de 2015 ("AGE") e da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 27 de março de 2015 ("RCA"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Emissora.

2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

d

1.2. A constituição da fiança, conforme descrita na Cláusula 4.1.11 abaixo, foi aprovada pela Fiadora, com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Fiadora, realizada em 27 de março de 2015 ("AGE Fiadora").

1.3. Esta Escritura será objeto de aditamento para convolar a sua espécie quirografária em espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 4.1.12 abaixo.

2. REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE e a ata da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal Hoje em Dia, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A ata da AGE Fiadora de que trata a Cláusula 1.2 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Monitor Mercantil.

2.1.2. Arquivamento da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCEMG, de acordo com o disposto no inciso II e no §3º do artigo 62, respectivamente, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. Em virtude da fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas, nos termos do artigo 129, item 3º, da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos: (i) da Cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais; e (ii) da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"), em até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura desta Escritura.

2.1.2.3. Após o registro desta Escritura, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário o comprovante de registro na JUCEMG e nos Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de seu recebimento, bem como deverá disponibilizar tempestivamente ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura devidamente registrada na JUCEMG e em cada um dos Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

3




b

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”)

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.2 e 3.6.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1. A Emissão será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, conforme disposto no artigo 1º, §2º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”), desde que sejam expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, até o encerramento da Oferta perante a CVM.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social exclusivo as atividades de exploração e administração, sob regime de concessão patrocinada, conforme definido pela Lei Federal nº 11.079/04, da malha composta pela Rodovia MG-050, trecho entroncamento BR 262 (Juatuba) – Itaúna – Divinópolis – Formiga – Piumhi – Passos – São Sebastião do Paraíso – Divisa MG/SP da Rodovia BR 265 (“Concessão”).

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da emissão será de R\$530.000.000,00 (quinhentos e trinta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

4



f

3.4. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.4.1. O Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, s/nº, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, será o banco liquidante e o escriturador mandatário das Debêntures ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos captados através desta Emissão serão destinados para o resgate total ou pagamento na data de vencimento, conforme o caso, das debêntures em circulação da primeira emissão da Emissora, emitidas em 17 de abril de 2013, com vencimento previsto para 17 de abril de 2015 ("Debêntures da Primeira Emissão") e o resgate total ou pagamento na data de vencimento, conforme o caso, das debêntures em circulação da segunda emissão da Emissora, emitidas em 20 de agosto de 2014, com vencimento previsto para 17 de abril de 2015 ("Debêntures da Segunda Emissão"), sendo certo que todo e qualquer recurso excedente após os resgates mencionados acima, se houver, será utilizado para investimentos na Concessão.

3.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

3.6.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.6.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no §1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.6.3. Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.



3.6.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM 409 que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder" e "Coordenadores"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

3.7.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura, pelos Coordenadores em conjunto, de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.7.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.7.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.7.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura.

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

6



4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 5.300 (cinco mil e trezentas) Debêntures, em série única.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 16 de abril de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá em 16 de outubro de 2016 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de resgate antecipado, em conformidade com as Cláusulas 4.5 e 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, calculados conforme a Cláusula 4.5.1 abaixo.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.8. Conversibilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória nos termos da Cláusula 4.1.12 abaixo.



10

4.1.10. *Garantia Real*

4.1.10.1. As Debêntures contarão com as seguintes garantias reais, sob condição suspensiva, conforme descrito na Cláusula 4.1.10.2 abaixo ("Garantias"):

- (i) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora, de titularidade da Fiadora ("Direitos de Participação"), bem como todas as vantagens e direitos que forem atribuídos aos Direitos de Participação, todas as ações derivadas dos Direitos de Participação por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação dos Direitos de Participação e quaisquer bens ou títulos nos quais os Direitos de Participação sejam convertidos (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Emissora, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da Fiadora na Emissora, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pela Fiadora, incluindo, sem limitar, quaisquer ações recebidas, conferidas e/ou adquiridas pela Fiadora (direta ou indiretamente) por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, em razão de cancelamento, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma, assim como quaisquer certificados de depósito, títulos ou valores mobiliários em que as ações e tais novas ações sejam convertidas, bem como os certificados, livros societários e/ou cautelas de ações e/ou outros documentos representativos da propriedade destas ações, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, celebrado nesta data entre a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário ("Ações Alienadas Fiduciariamente" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente; e (ii) cessão fiduciária: (a) de todos e quaisquer direitos creditórios e emergentes da Concessão, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados ao Contrato de Concessão Patrocinada SETOP 007/2007, celebrado em 21 de maio de 2007 entre a Emissora e o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP ("Poder Concedente"), tal como se encontre em vigor aditado, modificado ou complementado ("Contrato de Concessão"), incluindo, sem limitar, todos os direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, inclusive direitos decorrentes de seguros, incluindo o direito da Emissora de receber, na qualidade de co-segurado, todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos por seguradoras, em função de apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão, indenizações, direitos emergentes decorrentes da cobrança de pedágio, direitos e garantias, quaisquer outras receitas decorrentes dos Direitos Cédidos Fiduciariamente, incluindo aqueles gerados em decorrência dos contratos de coleta de pedágio e de meios de pagamento, bem como quaisquer valores que sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Emissora correspondente à contraprestação pecuniária relativos ao Contrato de Concessão, bem como em razão da extinção, término (antecipado ou não) e/ou modificação a título de indenização, compensação ou contraprestação pecuniária relativa ao Contrato de Concessão ("Direitos Creditórios"), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Contrato de Concessão e Outras Avenças, celebrado nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos"); e (b) os recursos existentes na conta vinculada, pela qual transitarão os montantes oriundos dos Direitos Creditórios, bem como os direitos creditórios da Emissora sobre a totalidade dos valores a serem depositados e mantidos na referida conta vinculada, nos termos do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros, celebrado nesta data entre a Emissora, o Agente Fiduciário e



o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário ("Contrato de Custódia de Recursos Financeiros" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, os "Contratos de Garantia").

4.1.10.2. As garantias objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos passarão a ser plenamente válidas e eficazes na data em que: (i) ocorrer a quitação integral das dívidas representadas pelas Debêntures da Primeira Emissão e pelas Debêntures da Segunda Emissão ("Primeira Condição Suspensiva"); e (ii) a entrega ao Agente Fiduciário de termo de quitação assinado pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário e representante da comunhão de debenturistas das Debêntures da Primeira Emissão e das Debêntures da Segunda Emissão, por meio do qual é declarado que a Emissora pagou, quitou e liquidou integralmente as obrigações de principal, juros e todos os encargos devidos nos termos das Debêntures da Primeira Emissão e das Debêntures da Segunda Emissão, bem como todas as obrigações decorrentes dos seguintes documentos acessórios às Debêntures da Primeira Emissão e às Debêntures da Segunda Emissão: (a) Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, celebrado em 13 de maio de 2013 entre a Emissora, a Fiadora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado; (b) Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios Emergentes do Contrato de Concessão e Outras Avenças celebrado em 13 de maio de 2013 entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado; e (c) Contrato de Custódia de Recursos Financeiros, celebrado em 13 de maio de 2013 entre a Emissora, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o Itaú Unibanco S.A. ("Segunda Condição Suspensiva" e, em conjunto com a Primeira Condição Suspensiva, "Condições Suspensivas").

4.1.10.2.1. A eficácia dos Contratos de Garantia está, portanto, condicionada à implementação das Condições Suspensivas, sendo que a Primeira Condição Suspensiva deverá ser implementada até a data de subscrição e integralização das Debêntures e a Segunda Condição Suspensiva no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de subscrição e integralização das Debêntures.

4.1.10.2.2. Quando do implemento das Condições Suspensivas, serão formalizados os seguintes procedimentos: (i) a convolação das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.1.12 abaixo; (ii) a averbação nos respectivos livros de registro de ações nominativas da Emissora e/ou inclusão do referido ônus no extrato emitido pelas instituições prestadoras de serviços de ações escriturais e/ou custodiantes das Ações Alienadas Fiduciariamente, conforme aplicável, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (iii) a averbação do termo de quitação de que trata a Segunda Condição Suspensiva à margem dos registros dos documentos acessórios às Debêntures da Primeira Emissão e às Debêntures da Segunda Emissão mencionados no item (ii) da Cláusula 4.1.10.2 acima, nos termos dos Contratos de Garantia.

4.1.11. Garantia Fidejussória

4.1.11.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, a Fiadora, por esta Escritura, obriga-se, em caráter irrevogável e



✗

irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável, nos termos do artigo 275 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), pelo pagamento fiel, pontual e integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento fiel, pontual e integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração incidente sobre as Debêntures, dos Encargos Moratórios devidos pela Emissora, inclusive àquelas devidas ao Agente Fiduciário, nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como, quando houver, verbas indenizatórias, despesas judiciais e extrajudiciais, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas ("Valor Garantido" ou "Obrigações Garantidas"), renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.1.11.2. O Valor Garantido será pago pela Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 5 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

4.1.11.3. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer quaisquer medidas executórias, seja no âmbito extrajudicial ou judicial, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.11.4. A Fiadora desde já concorda e obriga-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora por quaisquer valores honrados nos termos da fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.1.11.5. A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.1.11.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.1.11.7. A fiança aqui referida é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos.

10



4.1.11.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas e/ou compartilhadas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.1.11.9. As obrigações da Fiadora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.1.12. *Convolação da Espécie das Debêntures*

4.1.12.1. As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, no momento em que a Segunda Condição Suspensiva for implementada, nos termos da Cláusula 4.1.10.2 acima.

4.1.12.2. A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar um aditamento a esta Escritura, nos termos do Anexo I à presente Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da implementação das Condições Suspensivas, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, conforme abaixo definida, ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real.

4.2. **Subscrição**

4.2.1. *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data de início da distribuição das Debêntures, observado os termos do contrato de distribuição entre a Emissora e os Coordenadores.

4.2.2. *Preço de Subscrição*

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será o seu Valor Nominal Unitário.

4.3. **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.



f

4.4. Atualização Monetária do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data da primeira integralização das Debêntures até a Data de Vencimento (“Juros Remuneratórios”).

4.5.1.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos em uma única vez na Data de Vencimento, na data de declaração de um vencimento antecipado das Debêntures, na data de uma eventual amortização antecipada ou na data de um eventual resgate antecipado.

4.5.1.3. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da remuneração devida, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI produtório das Taxas DI-Over desde a Data da primeira integralização das Debêntures (inclusive) até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

12



✗

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI-Over consideradas entre a Data da primeira integralização das Debêntures e a Data de Vencimento, sendo “ n ” um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até “ n ”;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread Spread, ou sobretaxa, equivalente a 1,9500 (um inteiro e noventa e cinco centésimos), nos termos da Cláusula 4.5.1.1 acima, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

DP número de dias úteis entre a Data da primeira integralização das Debêntures e a data de cálculo, sendo “ n ” um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

13



Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.5.1.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

4.5.1.4.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Ausência da Taxa DI"), o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição dos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor na Data de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do dia da Ausência da Taxa DI. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.5.1.6. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:



(i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, desde a Data da primeira integralização das Debêntures. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada; ou

(ii) a Emissora realizará a amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, nos termos do cronograma sugerido na referida Assembleia Geral de Debenturistas, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelos Debenturistas reunidos na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sendo que a taxa de remuneração substituta deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas representando, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.5.1.6.1. Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme descrito na Cláusula 4.5.1.6 acima e não haja o resgate antecipado das Debêntures conforme o inciso (i) desta Cláusula 4.5.1.6, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* desde a Data da primeira integralização das Debêntures até a data do efetivo pagamento.

4.5.1.6.2. Caso haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a taxa de remuneração substituta, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar a referida remuneração substituta, conforme previsto no inciso (ii) desta Cláusula 4.5.1.6.

4.5.1.6.3. A Fiadora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 4.5.1.6.1 e 4.5.1.6.2 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a garantia prevista na Cláusula 5.1 abaixo válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Fiadora, desde já, concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

4.5.1.7. Para efeitos da presente Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria

15



pela Emissora; ou (ii) de titularidade de, para fins de apuração de quórum de Assembleia Geral de Debenturistas: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Pagamento do Principal

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento ou na data de eventual vencimento antecipado ou resgate antecipado das Debêntures ou amortização antecipada, neste caso parcial, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, a partir da Data da primeira integralização das Debêntures até a Data de Vencimento.

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2. Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.



d

4.8.3. Encargos Moratórios

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a Data de Vencimento.

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOEMG e no jornal usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO OU RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no §3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

17



J

5.2. Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório

5.2.1. A Emissora: (A) poderá realizar: (i) a amortização extraordinária facultativa, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"); ou (B) deverá realizar, na data de desembolso de qualquer financiamento de longo prazo (mínimo de dois anos) para o projeto objeto do Contrato de Concessão o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório").

5.2.2. A Amortização Extraordinária Facultativa, o Resgate Antecipado Facultativo e o Resgate Antecipado Obrigatório deverão ser precedidos de comunicação a ser publicada nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, com antecedência mínima de 7 (sete) dias à realização do pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa ("Comunicação da Amortização Extraordinária Facultativa"), do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação do Resgate Antecipado Facultativo"), ou do Resgate Antecipado Obrigatório ("Comunicação do Resgate Antecipado Obrigatório").

5.2.3. A Emissora deverá comunicar a CETIP através de correspondência com a anuência do Agente Fiduciário, da realização de Amortização Extraordinária Facultativa, do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa, do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.2.4. Os valores a serem pagos aos Debenturistas em razão da amortização ou do resgate antecipado devido deverá ser equivalente ao saldo do Valor Nominal a ser amortizado ou resgatado acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data da primeira integralização das Debêntures até a data do efetivo resgate ou da efetiva amortização ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa", "Valor do Resgate Antecipado Facultativo", "Valor do Resgate Obrigatório Facultativo", "Data da Amortização Extraordinária Facultativa", "Data do Resgate Antecipado Facultativo" e "Data do Resgate Antecipado Obrigatório", respectivamente).

5.2.5. A Comunicação da Amortização Extraordinária Facultativa, a Comunicação do Resgate Antecipado Facultativo ou a Comunicação do Resgate Antecipado Obrigatório deverão conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa, do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que será amortizado, na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa.



A

5.2.6. O pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser realizado na data indicada na Comunicação da Amortização Extraordinária Facultativa e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.2.7. No caso de Amortização Extraordinária Facultativa, os Juros Remuneratórios a serem pagos na Data de Vencimento serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária Facultativa desde a data do pagamento da respectiva amortização.

5.2.8. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório, as Debêntures deverão ser canceladas.

5.2.9. Não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional em caso de Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório.

5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.1 e 5.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data da primeira integralização das Debêntures até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

(a) ocorrência de protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, no mercado local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Fiadora, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Fiadora: (a) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido tomada a medida judicial adequada para anulação ou sustação dos efeitos do protesto e desde que tal medida judicial não tenha sido indeferida ou julgada improcedente; (b) que o protesto foi cancelado; (c) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (d) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;

(b) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente de deferimento ou de seu processamento, para os casos de recuperação, ou pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Fiadora não devidamente elidido(s) no prazo legal pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme aplicável;

(c) insolvência da Emissora e/ou da Fiadora;



b

(d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora, exceto, no caso de liquidação, dissolução ou extinção da Fiadora no âmbito de uma reorganização societária, que resulte, cumulativamente: (i) na sucessão da Fiadora pelo controlador direto da Emissora em todos os direitos e obrigações da Fiadora estabelecidos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia; (ii) no controlador direto da Emissora mantendo a mesma participação societária que atualmente detém na Emissora, na Rodovias das Colinas S.A. e na Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.; e (iii) no controle indireto da Emissora mantido pela Atlantia S.p.A., observada a definição de controle estabelecida no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações ("Reorganização Societária");

(e) inadimplemento pela Emissora e/ou pela Fiadora das obrigações pecuniárias devidas nos termos desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, nas respectivas datas de pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da data do respectivo inadimplemento;

(f) inadimplemento de quaisquer obrigações, que não as descritas no item (e) acima, da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Fiadora, reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro que venha a substituí-lo, não sanado ou não repactuado no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento ou, em sua falta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento;

(g) vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira (conforme definido abaixo) da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Fiadora, reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro que venha a substituí-lo;

(h) caso a Emissora e/ou a Fiadora seja(m) legitimamente inscrita(s) em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montantes, individual ou conjuntamente, superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora;

(i) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento ou, em sua falta, em 10 (dez) dias úteis;

(j) realização de redução de capital social da Emissora sem prévia anuência de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos do artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;

20



(k) amortização de ações da Emissora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, após a data de assinatura da presente Escritura, sem prévia anuência de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(l) fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Fiadora, que implique em alteração do controle societário indireto, sem que haja anuência prévia de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto na hipótese de Reorganização Societária;

(m) alienação e/ou alteração do atual controle indireto da Emissora, sem prévia anuência de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(n) assunção de qualquer Dívida Financeira (conforme definido abaixo) ou prestação de qualquer garantia a qualquer financiamento ou dívidas, pela Emissora, em seu nome ou em benefício de terceiros, exceto nas seguintes hipóteses, que não gerarão o vencimento antecipado das Debêntures nem dependerão de prévia aprovação pelos Debenturistas: (i) a destinação dos valores relacionados à Dívida Financeira (conforme definido abaixo) assumida seja o resgate da totalidade das Debêntures em até 2 (dois) dias úteis contados da data do desembolso relacionado à Dívida Financeira (conforme definido abaixo); ou (ii) previamente autorizado por Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim; ou (iii) a Dívida Financeira for contratada entre a Emissora e qualquer parte relacionada, que seja subordinada às Debêntures e com prazo de vencimento nunca inferior à data em que todas as obrigações da Emissora e/ou da Fiadora relacionadas às Debêntures sejam liquidadas;

Dívida Financeira: significa qualquer dívida (atual ou contingente) relacionada a: (i) valores emprestados ou saques além do saldo zero em qualquer instituição financeira que resulte em posição negativa da Emissora; (ii) qualquer valor levantado por meio da emissão de debêntures, *bonds*, notas promissórias, Cédulas de Crédito Bancário ou qualquer outro título de dívida ou valor mobiliário; (iii) qualquer instrumento de crédito; (iv) qualquer valor levantado por meio da venda de recebíveis ou descontos; (v) o custo de aquisição de qualquer ativo desde que pagável antes ou após o momento da aquisição ou posse por uma parte obrigada onde o pagamento adiantado ou diferido é realizado principalmente como um método de obter financiamento; (vi) qualquer arrendamento mercantil (*leasing*) celebrado principalmente como um método de obter financiamento ou financiando a aquisição do ativo arrendado; (vii) qualquer troca (*swap*) de moeda ou juros, contrato de *cap or collar* ou qualquer outro instrumento derivativo; (viii) qualquer valor obtido em qualquer transação que tenha o efeito um empréstimo ou obtenção de capital, seja esta entre partes relacionadas ou com terceiros; e (ix) qualquer valor de qualquer obrigação de um adiantamento ou contrato de compra diferida se uma das principais razões para sua



x

celebração é para obter financiamento; em qualquer dos casos o valor de qualquer obrigação relacionada a qualquer garantia ou indenização para qualquer um dos itens (i) a (ix).

(o) não cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva;

(p) transformação da Emissora em sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade que não sociedade por ações), nos termos do artigo 220, 221 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(s) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia sem prévia expressa anuência de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto pela Reorganização Societária;

(t) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia;

(u) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos da Cláusula 3.5.1;

(v) realização de transações com partes relacionadas, exceto: (i) se contratadas em parâmetros de mercado, no caso de prestação de serviços; ou (ii) se previamente autorizadas por Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(w) caso a fiança prestada pela Fiadora em benefício Debenturistas e/ou os Contratos de Garantia ou seu objeto, integral ou parcialmente, por qualquer fato: (i) sejam objeto de ações, decisões e/ou medidas judiciais, arbitrais e/ou administrativas que prejudiquem ou impactem os Contratos de Garantia; e/ou (ii) tornem-se inválidos, inexecutáveis, inábeis ou impróprios para assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas, exceto pela Reorganização Societária;

(x) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal ou de defesa da concorrência, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes no prazo legal, bem como qualquer decisão judicial ou administrativa referente aos órgãos acima mencionados, que possa a vir a afetar de maneira relevante a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou da Fiadora;

(y) autuação pelos órgãos governamentais de caráter ambiental, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes no prazo legal, bem como qualquer decisão judicial ou administrativa referente ao órgão ambiental, que possa a vir a afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou da Fiadora;

22



(z) a não realização do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos do item (B) da Cláusula 5.2.1 acima;

(aa) não renovação, cancelamento, revogação, intervenção ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças que acarretem: (i) em decisão administrativa com o objetivo de intervenção, encampação, caducidade, extinção ou revogação do Contrato de Concessão, sem que a Emissora sane tal decisão em até 60 (sessenta) dias contados da notificação de referida decisão; ou (ii) na interrupção ou suspensão do projeto representado pela Concessão, sem que a Emissora sane tal decisão em até 60 (sessenta) dias contados da notificação de referida decisão;

(bb) não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças de caráter ambiental, que acarretem o início pelo Poder Concedente, de procedimento administrativo com o objetivo de intervenção, encampação, caducidade, extinção ou revogação do Contrato de Concessão;

(cc) não cumprimento das Condições Suspensivas no prazo estabelecido na Cláusula 4.1.10.2.1 acima;

(dd) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, que modifique substancialmente as principais atividades atualmente por ela(s) praticadas; e

(ee) relativamente à Concessão: (i) término antecipado irrevogável por qualquer modalidade, incluindo sem limitação rescisão, resilição, encampação, caducidade, extinção ou revogação; ou (ii) decretação de intervenção pelo Poder Concedente, não revogada ou suspensa no prazo de 60 (sessenta) dias.

5.3.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "b"; "c"; "d"; "e"; "f"; "g"; "h"; "i"; "j"; "k"; "l"; "m"; "n"; "o"; "p"; "q"; "r"; "s"; "t"; "u"; "v"; "w"; "x"; "y"; "z"; "aa" "bb" "cc" "dd" e "ee" acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, no prazo estabelecido na Cláusula 5.3.3 abaixo.

5.3.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento excetuados os mencionados na Cláusula 5.3.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), dentro de até 3 (três) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar por, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. Caso os Debenturistas decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, sendo certo que será declarado o vencimento antecipado das Debêntures caso não seja atingido o *quorum* a que se refere essa Cláusula na Assembleia Geral de Debenturistas

23



d

convocada em segunda chamada ou, ainda, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não ocorra por qualquer motivo.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar em até 1 (um) dia útil carta informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.3.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das Debêntures deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, em uma única data, obrigando-se a Emissora e/ou a Fiadora a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data da primeira integralização das Debêntures até a data do pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura. Caso tal pagamento seja feito pela Fiadora, este será realizado fora do âmbito da CETIP.

5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.8.3 acima.

5.3.5. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas na CETIP, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) cumprir integralmente com todas as suas obrigações previstas nos Contratos de Garantia;
- (ii) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) todos os custos com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e assessores legais;
- (iii) manter contratados durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, a CETIP, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário;
- (iv) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados



relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, especialmente a Instrução CVM 476;

(v) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, bem como as da Fiadora, relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM, bem como as suas demonstrações financeiras com data base em 30 de junho de cada ano, objeto de revisão especial por parte dos auditores independentes registrados na CVM no prazo máximo de: (i) 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento do semestre, para a Emissora; (ii) 90 (noventa) dias contados do encerramento do semestre, para a Fiadora; e (iii) declaração do Diretor Administrativo-Financeiro da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;

(b) dentro de 5 (cinco) dias úteis após o efetivo registro na Junta Comercial, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas;

(c) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura em até 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu exclusivo critério, exercer suas faculdades, pretensões e poderes, previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado; e

(d) enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

(vi) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

(vii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

(a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

(b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;

25



b

- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao intermediário líder da Oferta; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (viii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (vii); (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo estipulado pela CETIP ou, na sua falta, em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 2 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;
- (ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (x) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (xi) cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xiii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiv) notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura,



bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura, ressalvado o disposto no artigo 6º da Instrução CVM 358;

(xv) efetuar o pagamento ou reembolso, conforme o caso, de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos comprovados e incorridos em padrão de mercado em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, dentre os quais, caso necessário e sem se limitar, o expresso no item (vii) da Cláusula 7.4 abaixo;

(xvi) manter a propriedade sobre seus bens e propriedades relevantes e particularmente sobre seus imóveis;

(xvii) manter os ativos mencionados acima segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil e conforme requerido no Contrato de Concessão;

(xviii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

(xix) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xx) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;

(xxi) não prestar quaisquer garantias reais ou fidejussórias, exceto se aprovado previamente por Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

(xxii) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Oferta;

(xxiii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;

(xxiv) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;

27



d

(xxv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;

(xxvi) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;

(xxvii) notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;

(xxviii) semestralmente apresentar aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, de acordo com o extrato atualizado da posição dos Debenturistas apurado pela CETIP à época do envio, um relatório de consolidação das atividades socioambientais que deverá incluir minimamente: (a) relação das obras de melhorias executadas no período; (b) licenças ambientais emitidas ou renovadas no período e o atendimento das suas condicionantes; (c) informar sobre multas e/ou autos de infração recebidos no período; (d) andamentos dos programas de monitoramento ambiental das obras (quando aplicável); (e) resultados dos processos de consultas e reclamações do período; e (f) andamento dos processos de desapropriação no período;

(xxix) não distribuir dividendos acima do mínimo legal obrigatório ou acima do que for estabelecido pelo estatuto social, o que for menor;

(xxx) realizar os investimentos previstos no Contrato de Concessão e em seus aditivos;

(xxxi) realizar emissão de dívida de longo prazo (mínimo de dois anos) com o objetivo de repagar a Emissão e financiar os investimentos mencionados no item (xxx) acima, caso, ao longo da Emissão, os Debenturistas entendam que existem condições de mercado para tal. Caso se faça necessário, a Fiadora prestará garantia fidejussória e manterá suas obrigações na nova dívida de longo prazo (mínimo de dois anos) mencionada acima, sendo certo que as condições da dívida de longo prazo deverão ser aceitáveis para a Emissora, para a Fiadora e para os Debenturistas;

(xxxii) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta não sejam empregados em quaisquer Condutas Indevidas indicadas no item (xviii) da Cláusula 9.1 abaixo;

(xxxiii) até a Data de Vencimento, a observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e seus Representantes, conforme definido abaixo, toda e qualquer Lei Anticorrupção, conforme definido abaixo, bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas indicadas no item (xviii) da Cláusula 9.1 abaixo, devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da Lei Anticorrupção, conforme definido abaixo; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, bem como realizar quaisquer das

28



d

Condutas Indevidas indicadas no item (xviii) da Cláusula 9.1 abaixo; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

6.2. A Fiadora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, se obriga a:

(i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(ii) notificar em até 3 (três) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura;

(iii) caso a Emissora não o faça pontualmente, responsabilizar-se pelo imediato pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

(iv) caso a Emissora não o faça pontualmente, arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, auditores e assessores legais;

(v) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de todas as licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis;

(vi) aportar na Emissora os eventuais recursos que se façam necessários para cumprimento dos investimentos a que se refere o item (xxx) da Cláusula 6.1 acima; e

(vii) até a Data de Vencimento, a observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e seus Representantes, conforme definido abaixo, toda e qualquer Lei Anticorrupção, conforme definido abaixo, bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas indicadas no item (xviii) da Cláusula 9.1 abaixo, devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da Lei Anticorrupção, conforme definido abaixo; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, bem como realizar quaisquer das Condutas Indevidas indicadas no item (xviii) da Cláusula 9.1 abaixo; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

(viii) somente em caso de mora no cumprimento de quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo pela Emissora e/ou pela Fiadora perante os Debenturistas, ceder fiduciariamente todos os dividendos (em dinheiro ou

29



mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos à Fiadora pela Emissora, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações Alienadas Fiduciariamente sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Ações Alienadas Fiduciariamente, os quais integrarão a definição de Ações Alienadas Fiduciariamente;

6.3. Reorganização Societária

6.3.1. A realização da Reorganização Societária, bem como a realização de qualquer aditamento a esta Escritura ou aos Contratos de Garantia que se façam necessárias para refletir a estrutura societária das Partes após a sua conclusão, não dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas e não será considerada, em qualquer hipótese, como um inadimplemento desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, não configurando, em qualquer hipótese, vencimento antecipado das obrigações da Emissora e/ou da Fiadora estabelecidas nesta Escritura.

6.3.2. Para os fins desta Escritura, Reorganização Societária inclui, mas não está limitada, ao processo de reorganização aprovado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, no âmbito do processo 016.961/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 20 de dezembro de 2014, pelo qual: (i) a Fiadora será extinta, por meio de cisão e incorporação de suas parcelas cindidas pela Infra Bertin Participações S.A. e suas controladas; (ii) a Fiadora será sucedida pelo controlador direto da Emissora em todos os direitos e obrigações da Fiadora estabelecidos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia; (iii) o controlador direto da Emissora manterá a mesma participação societária que atualmente detém na Emissora, na Rodovias das Colinas S.A. e na Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.; e (iv) o controle indireto da Emissora será mantido pela Atlantia S.p.A., observada a definição de controle estabelecida no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

(i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;

30



x

- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (xi) além da presente Emissão, o Agente Fiduciário não atua, nesta data, na qualidade de prestador de serviços de agente fiduciário, em outras emissões de debêntures da Companhia, ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

31



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 33/57

b

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMG, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

(iv) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, considerando o previsto na Cláusula 7.7.4 abaixo; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;

32



b

- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), na forma da Cláusula 8.3.1 abaixo;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;



1

- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.

34

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



b

(xvii) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, às expensas desta, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório de que trata o item (xv) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;

(xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

(xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xxi) notificar imediatamente a Emissora e a Fiadora sobre a excussão e exigência da Fiança, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido; e

(xxii) disponibilizar, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;

(ii) executar a fiança prestada pela Fiadora e/ou as Garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

(iii) requerer a falência da Emissora;

(iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

35



(v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (v) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) e observado o quórum estabelecido na Cláusula 5.3.1.2 acima, esta assim o autorizar.

7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcelas anuais de R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais) cada uma, sendo devida a 1ª (primeira) parcela no 5º (quinto) dia útil após a assinatura desta Escritura, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

7.7.1. Na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado, o Resgate Antecipado Facultativo ou o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures em Circulação, conforme previstos nesta Escritura, antes do prazo final definido na Cláusula 4.1.5, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

7.7.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

7.7.4. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.5. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado: (a) à assessoria aos Debenturistas; (b) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas;

36



(c) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; e (d) à execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

7.7.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.7.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.9. A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

7.7.10. A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.7.11. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, bem como às demais despesas efetuadas por este no decorrer da sua atuação, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. As despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, devendo o Agente Fiduciário enviar todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.



7.9.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor, forma de remuneração das Debêntures, garantias, *quora*, e eventos de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

38

b

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

9.1. A Emissora declara e garante, individualmente e em relação a si própria, que, na data de assinatura desta Escritura:

(i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto e, tendo em vista que a realização da Oferta, a Emissão, as Garantias não comprometerão a operacionalização e a continuidade dos serviços prestados pela Emissora, não há qualquer restrição emanada do Poder Concedente, de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador da Concessão para a realização da Oferta ou para a Emissão;

(iii) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas não infringem o Contrato de Concessão ou qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, inclusive em relação à Concessão;

(iv) os representantes legais que assinam esta Escritura e os Contratos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(v) a celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, inclusive, mas não se limitando, ao Contrato de Concessão, aos contratos financeiros firmados pela Emissora e aos contratos relativos à Concessão, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles criados pelos Contratos de Garantia; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (i) pelo arquivamento da AGE e da RCA na JUCEMG; (ii) pela inscrição desta Escritura, e seus eventuais aditamentos, na JUCEMG e nos Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; (iii) pelo registro dos Contratos

39



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 41/57

de Garantia nos Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e (iv) pelo registro das Debêntures na CETIP;

(vii) tem todas as autorizações e licenças ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, a intervenção na Concessão ou que possa resultar extinção da Concessão nos termos dos artigos 35 a 38 da Lei das Concessões;

(viii) exceto pelas autorizações e licenças de que trata o item (vii) acima, tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, a intervenção na Concessão ou que possa resultar extinção da Concessão nos termos dos artigos 35 a 38 da Lei das Concessões;

(ix) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhuma Mudança Adversa Relevante, conforme definido abaixo, na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;

(x) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;

(xi) está cumprindo os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

(xii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;

(xiii) todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e se encontrarão livres e desembaraçados de quaisquer restrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelos Contratos de Garantia no âmbito das Debêntures da Primeira Emissão e das Debêntures da Segunda Emissão e, após o implemento das Condições Suspensivas, no âmbito da Emissão;



(xiv) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(xv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

(xvi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que, no melhor conhecimento da Emissora, possa vir a causar Mudança Adversa Relevante, conforme definido abaixo, na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;

(xvii) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, às Debêntures ou aos Contratos de Garantia, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica;

(xviii) não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário, e não há, no melhor conhecimento da Emissora, pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante, conforme definido abaixo. Para os fins desta Escritura, o termo "Mudança Adversa Relevante" significa: (i) qualquer efeito prejudicial e relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) qualquer efeito prejudicial e relevante nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora e/ou da Fiadora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia; (iii) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete ou que possa afetar a constituição, validade e/ou exequibilidade desta Escritura, ou, de qualquer outra forma, afete o cumprimento das obrigações neles assumidas; ou (iv) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, resulte em um Evento de Inadimplemento; e

(xix) até a presente data, nem a Emissora nem qualquer de seus diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício ("Representantes"): (i) usou os seus recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, ao U.S. Foreign Corrupt

41



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 43/57

Practices Act of 1977, e outras leis e regulamentos eventualmente aplicáveis à sociedade ("Leis Anticorrupção"); ou (iv) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (conjuntamente, "Condutas Indevidas").

9.2. A Fiadora declara e garante, individualmente e em relação a si própria, que, na data de assinatura desta Escritura:

(i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

(iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Fiadora;

(iv) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

(v) a celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Fiadora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou aqueles objeto de renúncia por seus respectivos credores, sendo que tal renúncia deverá ser comprovada ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (i) pelo arquivamento da AGE Fiadora na JUCESP; (ii) pela inscrição desta Escritura, e seus eventuais aditamentos, na JUCEMG e nos Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; (iii) pelo registro dos Contratos de Garantia nos Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e (iv) pelo registro das Debêntures na CETIP;

(vii) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Fiadora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;

42



- (viii) as suas situações econômicas, financeiras e patrimoniais, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (ix) as demonstrações financeiras da Fiadora, datadas de 31 de dezembro de 2014 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Fiadora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Fiadora;
- (x) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (xi) está cumprindo em todos os seus aspectos os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes das demonstrações financeiras da Fiadora;
- (xii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;
- (xiii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Fiadora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xiv) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar uma Mudança Adversa Relevante na Fiadora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xv) não há fatos relativos à Fiadora ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica; e
- (xvi) até a presente data, nem a Fiadora nem qualquer de seus Representantes praticou qualquer das Condutas Indevidas indicadas no item (xviii) da Cláusula 9.1 acima.

9.3. Validade das Declarações. As declarações e garantias prestadas pela Emissora e pela Fiadora nesta Escritura deverão ser válidas e subsistir até o cumprimento integral das obrigações previstas nesta Escritura, ficando os declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexactidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto desta Escritura, nos termos da Cláusula 5.3 acima.



f

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 758, 12º andar, cj 122, Itaim Bibi

São Paulo, SP

CEP 04542-000

At.: Sr. Alexandre Tujisoki

Telefone: (11) 3708-9603

Fax: (11) 3708-9600

e-mail: financas@abconcessoes.com.br

(ii) Para a Fiadora:

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 758, 12º andar, cj 122, Itaim Bibi

São Paulo, SP

CEP 04542-000

At.: Sr. Alexandre Tujisoki

Telefone: (11) 3708-9603

Fax: (11) 3708-9600

e-mail: financas@abconcessoes.com.br

(iii) Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Itaim Bibi

São Paulo, SP

CEP 04538-132

At.: Sra. Viviane Rodrigues / Tatiana Lima

Telefone: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

e-mail: vrodriques@planner.com.br; tlima@planner.com.br; fiduciario@planner.com.br

(iv) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

Osasco, SP

CEP 06029-900

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fax: (11) 3684-5645

e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

44



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 46/57

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro, RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, ao Agente Fiduciário pela Emissora.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e na Cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente “dia útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 47/57

✍

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.8. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura ou nos Contratos de Garantia.

10.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado por Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

10.10. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

46



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 48/57

10.11. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 6 de abril de 2015.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)

47


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

(Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.)

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



(Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia MG-050 S/A.)

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



b

(Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.)

TESTEMUNHAS:

1.

Nome: Eder Lima Leal
RG: 44.937.712-X

2.

Nome: Vinícius Moreira Padua
RG: 50.370.363-1 SSP/SP

51



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 53/57

ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE [●]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, na Avenida Joaquim André, nº 361, Bairro Santa Clara, CEP 35.500-712, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.822.767/0001-08, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora");

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 758, 12º andar, Bairro Itaim, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.019.567/0001-87, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Fiadora"); e

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu contrato social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora e com a Fiadora, "Partes");

CONSIDERANDOS

CONSIDERANDO QUE as Partes firmaram em 6 de abril de 2015 o Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº [●] e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Divinópolis, Estado de Minas Gerais e São Paulo, Estado de São Paulo sob os números [●], respectivamente ("Debêntures" e "Escritura", respectivamente).

CONSIDERANDO QUE as Condições Suspensivas (conforme definidas na Escritura) mencionadas na Cláusula 4.1.10.2 da Escritura foram implementadas e, considerando a disposição da Cláusula 4.1.12 da Escritura, as Partes decidiram celebrar o presente [●] Aditamento para alterar determinados termos e condições da Escritura, nos termos aqui dispostos.

52



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5489014 em 09/04/2015 da Empresa CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S/A, Nire 31300025055 e protocolo 152454900 - 09/04/2015. Autenticação: B63022B995380AC7AF1DE723A2BE088B8FF2A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/245.490-0 e o código de segurança a4bk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 54/57

ISTO POSTO, resolvem as Partes celebrar o presente Instrumento Particular de [●]º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A. ("**[●]º Aditamento**").

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente [●]º Aditamento é celebrado com base nas Cláusulas 1.3 e 4.1.12 da Escritura, não sendo necessária a realização de assembleia geral de debenturistas e/ou de assembleia geral extraordinária da Emissora para sua realização.

2. ARQUIVAMENTO DO ADITAMENTO

2.1. Este [●]º Aditamento será arquivado na JUCEMG, nos termos do artigo 62, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Divinópolis, Estado de Minas Gerais e São Paulo, Estado de São Paulo.

3. ALTERAÇÕES

3.1. As Partes resolvem excluir a Cláusula 1.3 da Escritura.

3.2. As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.1.9.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações."

3.3. As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.1.10.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"4.1.10.1 As Debêntures contarão com as seguintes garantias reais ("**Garantias**"):* (i) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora, de titularidade da Fiadora ("**Direitos de Participação**"), bem como todas as vantagens e direitos que forem atribuídos aos Direitos de Participação, todas as ações derivadas dos Direitos de Participação por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação dos Direitos de Participação e quaisquer bens ou títulos nos quais os Direitos de Participação sejam convertidos (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Emissora, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da Fiadora na Emissora, sejam elas atualmente ou no futuro detidas

53



b

pela Fiadora, incluindo, sem limitar, quaisquer ações recebidas, conferidas e/ou adquiridas pela Fiadora (direta ou indiretamente) por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, em razão de cancelamento, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma, assim como quaisquer certificados de depósito, títulos ou valores mobiliários em que as ações e tais novas ações sejam convertidas, bem como os certificados, livros societários e/ou cautelas de ações e/ou outros documentos representativos da propriedade destas ações, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, celebrado nesta data entre a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário ("Ações Alienadas Fiduciariamente" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente; e (ii) cessão fiduciária: (a) de todos e quaisquer direitos creditórios e emergentes da Concessão, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados ao Contrato de Concessão Patrocinada SETOP 007/2007, celebrado em 21 de maio de 2007 entre a Emissora e o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP ("Poder Concedente"), tal como se encontre em vigor aditado, modificado ou complementado ("Contrato de Concessão"), incluindo, sem limitar, todos os direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, inclusive direitos decorrentes de seguros, incluindo o direito da Emissora de receber, na qualidade de co-segurado, todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos por seguradoras, em função de apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão, indenizações, direitos emergentes decorrentes da cobrança de pedágio, direitos e garantias, quaisquer outras receitas decorrentes dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, incluindo aqueles gerados em decorrência dos contratos de coleta de pedágio e de meios de pagamento, bem como quaisquer valores que sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Emissora correspondente à contraprestação pecuniária relativos ao Contrato de Concessão, bem como em razão da extinção, término (antecipado ou não) e/ou modificação a título de indenização, compensação ou contraprestação pecuniária relativa ao Contrato de Concessão ("Direitos Creditórios"), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Contrato de Concessão e Outras Avenças, celebrado nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos"); e (b) os recursos existentes na conta vinculada, pela qual transitarão os montantes oriundos dos Direitos Creditórios, bem como os direitos creditórios da Emissora sobre a totalidade dos valores a serem depositados e mantidos na referida conta vinculada, nos termos do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros, celebrado nesta data entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário ("Contrato de Custódia de Recursos Financeiros" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, os "Contratos de Garantia")."

3.4. Ainda, por meio deste [●] Aditamento, as Partes resolvem excluir as Cláusulas 4.1.10.2, 4.1.12, 4.1.12.1, 4.1.12.2 da Escritura.

3.5. As Parte resolvem alterar a Cláusula 9.1 (xii), que passa a vigor com a seguinte redação:

"(xii) todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e se encontrarão livres e desembaraçados de quaisquer restrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados no âmbito da Emissão;"

54



J

3.6. Por fim, as Partes concordam com a substituição da nomenclatura “quirografária” por “com garantia real” no corpo da Escritura, conforme aplicável.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Este [●] Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

4.2. Todas as disposições da Escritura que não foram expressamente aditadas ou modificadas por meio do presente [●] Aditamento permanecerão em vigor de acordo com os termos da Escritura.

4.3. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste [●] Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente [●] Aditamento em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, [●] de [●] de [●].

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)

[assinaturas]

55

[assinaturas]

